

“EQUIDADE UNIVERSAL, HUMANIDADE, RAZÃO ACTIVA”.

J. G. HERDER SOBRE A PAZ PERPÉTUA

Fernando M. F. Silva

I. INTRODUÇÃO

O texto “Para a Paz Perpétua. Um ensaio filosófico”, que Kant colige em 1795, constitui um importante marco na linha de formação do pensamento político, ético e antropológico do grande filósofo; uma linha de formação que há muito se vinha anunciando, mais ou menos veladamente, em algumas Lições de Antropologia (1772-1796), ou em textos como “Ideia para uma História Universal num Propósito Cosmopolita” (1784), ou “Sobre o Dito Comum: isso pode ser Verdadeiro na Teoria, mas não vale para a Prática” (1793), e que é definitivamente trazida à palavra justamente no texto de 1795.

A importância do projecto kantiano, contudo, está longe de se esgotar aqui. Pois, para além da sua relevância no seio do *corpus* kantiano, este pequeno escrito é hoje comumente aceite como um dos mais relevantes capítulos de toda *uma história do pensamento do tópico da paz na Europa*; uma história que, quer seja abordada mediante a perspectiva da possibilidade do *direito à guerra*, ou mediante a perspectiva da possibilidade de uma *paz perpétua*, ou uma paz universal, é uma de singular relevância, pois trata-se esta de uma história que trata de questões que se não são elas mesmas eternas, porque essenciais ao ser humano, são pelo menos objecto de debate desde o fim da Idade Média, e estão desde então, e ainda hoje, na ordem do dia das preocupações políticas e filosóficas da Europa. Como prova deste fenómeno, seriam de ressaltar muitos nomes, os quais, entre muitos outros, ou apenas afloraram, ou então pensaram aprofundadamente a questão em pauta, ora por uma, ora por outra das duas perspectivas apresentadas, e que por conseguinte, tal como Kant, contribuíram para a consolidação da questão da paz perpétua como problema transversal a épocas e países. A título de exemplo, refiram-se os de Pierre Dubois, Marsílio de Pádua e Johannes von Jandum (com o seu “Defensor Pacis”), Georg von Podiebrad und Kunstatt e Antonius Marini, Thomas More, Erasmo de Roterdão (“Lehrbuch für den christlichen Fürsten” (1516) e “Quaerela Pacis” (1517)), Sebastian Franck (“Das Krie-

gsbüchlin des Frides wider den Krieg” (1539)), os autores da hoje designada Escola Ibérica da Paz¹, Thomas Hobbes, Alberico Gentili (“De iure belli libri tres” (1598)), Émeric Crucé (“Le nouveau Cynée ou Discours des occasions et moyens d’établir une paix générale et la liberte du commerce par tout le monde” (1623//24)), Hugo Grotius (“De iure belli ac pacis libri tres” (1625)), Samuel von Pufendorf (“De iure naturae et gentium libri octo” (1672)), Charles de Saint-Pierre, com o seu muito importante *Projet pour rendre la paix perpétuelle en Europe* (1713-16), J.-J.Rousseau, Hermann Heynich (“Immanuel Kants philosophischer Entwurf zum ewigen Frieden. Fortgesetzt von Hermann H...ch (1797)), Joseph Görres (“Der allgemeinen Frieden, ein Ideal” (1798)) ou Friedrich Gentz (“Über den ewigen Frieden” (1800)).

Um destes contributos, até aqui propositadamente omitido, foi o de Johann Gottfried Herder, filósofo alemão nascido na Prússia Oriental e antigo aluno de Kant. Trata-se este de um pequeno texto intitulado “Para a paz perpétua. Uma instituição iroquesa” (1797), o qual compõe as Cartas 118 e 119 da obra *Briefe zur Beförderung der Humanität*, do mesmo ano. Este pequeno texto, escreve-o Herder quase imediatamente depois da publicação do projecto kantiano para a paz perpétua, e é sobre este que ele se debruça.

À primeira vista, e justamente devido a uma tal relação inequívoca, poderá pensar-se que o texto de Herder não é senão uma recensão crítica do texto kantiano; um comentário, de índole meramente positiva, ou negativa, do projecto do filósofo de Königsberg; como o são, em maior ou menor grau, os de Huber², Feder³, Jacob⁴, Hennings⁵, Schütz⁶ ou Murhard⁷; ou então um texto de debate político-filosófico sobre as tomadas de posição político-filosóficas de Kant, como o são outros textos que orlam o kantiano, como os de Fichte⁸, Schlegel⁹ ou Höijer¹⁰. O pequeno texto herderiano, contudo, não é nem uma coisa nem outra. Ele é, isso sim, uma proposta, por direito próprio, de uma paz perpétua “feita (...) nas palavras daquele que o relata” (W 4: 518)¹¹; e, por conseguinte, para além do tom geral de aprovação ou rejeição do projecto kantiano, nele estão em causa outros problemas ou pressupostos filosóficos de mais importante ordem, e que traçam a imagem da questão na visão de Herder.

Dada a necessária economia deste pequeno texto introdutório, vemo-nos forçados ou a mencionar muito sumariamente, ou a omitir por completo, vários destes aspectos. De entre os mais importantes, porém, elencamos os seguintes:

1. Em primeiro lugar, *o tom marcadamente divergente de Herder com respeito ao projecto kantiano*. Ele surge veladamente um pouco por todo o escrito, mas mais concretamente no início da Carta 119 (W 4: 522), ao dizer Herder que “[Lera] recentemente um escrito muito engenhoso”, no qual estavam como “fundamento da história da humanidade” (id.) cinco proposições fundamentais – referindo-se, pois, àquelas que, segundo Kant, são as três “instituições provisórias” (AA 8: 363) que a natureza organizou “para as pessoas que agem sobre o seu grande palco, o qual por fim torna necessário que se lhes assegure a paz” (id.: 362). Estas proposições, diz Herder, unem-se em torno da convicção kantiana de que a natureza gere secretamente a espécie humana, pautando os números, os hábitos, a vida destes, e isso mediante uma violência regular, e portanto mediante a guerra; e isto, conclui o filósofo, traduz-se em um “terrível

sistema”, “que nos incute horror e medo da nossa própria espécie” (W 4: 523), na medida em que, ao observarmos a história universal, e a acção da natureza sobre a mesma, “temos de ver na face, na conduta e nas mãos de cada um se ele é um animal carnívoro ou herbívoro, se ele traz em si um carácter *preservador* ou *destruidor*” (id.) – pois que a espécie humana só é capaz destes dois, um já por natureza (destrutivo, ameaçador), e outro que o ser humano é forçado a adquirir (preservador, inofensivo). Herder, conclui-se, discordava pois da ideia que preside não só ao projecto kantiano para a paz perpétua, mas a outros escritos do mesmo autor, segundo a qual a natureza, e com ela a história da humanidade, obedece a leis, ou fins, e que a tendência para o cumprimento desses fins, aqui sob a batuta da natureza, é destinação do homem e da sua razão – ainda que esses fins possam primeiramente parecer nocivos, ou desvantajosos, para o indivíduo (como é aqui o caso). Herder, a saber, discordava da regência onipotente da natureza, e sobretudo, nesta questão, de uma regência onipotente de cariz meramente bilateral (destruidor e preservador) da natureza sobre os homens. Ao invés, diz este, a fim de fundar uma paz duradoura, é o homem, mediante o seu pensamento, e a sua razão – mas não a razão individual, antes a razão universal, a humanidade, em “equidade universal” (W 4: 522) – a que Herder chama “razão activa” (id.) –, que pode instaurar um estado de não-hostilidade, em que agressão e preservação percam os anteriores sentidos, e a palavra guerra “se torn[e] odiosa aos homens” (id.: 523): “Ora, por certo, a natureza não nos privou de meios para nos protegermos desta espécie *destruidora* do nosso próprio género; só não nos pôs estes meios nas mãos, enquanto arma, mas sim na cabeça e no coração. *A universal razão humana e equidade* são a matrona que traz óleo e medicamentos no braço, e um caule de fruto na mão, não apenas como símbolo, mas como meio paliativo se não para uma paz perpétua, então por certo para um gradual apaziguamento da guerra.” (ibid.)

2. Em segundo lugar, é de salientar *o pensamento principal de ambos os projectos para uma paz perpétua, e sua clara divisão*. Pois, por um lado, era visão de Kant que “a constituição republicana é a única que é perfeitamente adequada ao direito dos homens” (AA 8: 366); mas que a sua dificuldade estava no problema de “Um grupo de seres racionais que, em conjunto, exigem leis universais para a sua conservação, cada um deles estando porém secretamente inclinado a excluir-se deste, a fim de assim ordenar e instaurar a sua constituição” (id.). A solução, diz Kant, passava por fazer com que as convicções, e respectivas intenções, de cada um desses seres, alcançassem um tal estado de igualdade, que, dir-se-ia, se inviabilizassem mutuamente, e portanto se anulassem, “de tal modo que, apesar de eles lutarem uns com os outros nas suas intenções privadas, estas se anulem umas às outras de tal maneira que, na sua conduta pública, o resultado é justamente o mesmo do que se eles não tivessem nenhuma más intenções” (ibid.). O objectivo, pois, passava por dirigir as forças dos homens para *um ponto comum, e único*, e isso “umas contra as outras, de tal maneira que uma sustenha ou suprima as outras no seu efeito destrutivo, de tal modo que, para a razão, o sucesso resulta como se nenhuma destas existisse de todo, e, por conseguinte, o homem seja coagido a ser embora não um homem moralmente bom, porém, um bom cidadão” (ibid.): uma auto-anulação das forças individuais que, uma vez vista com sucesso nos indivíduos, poderia ser aplicada em plano maior aos Estados – que são como estes orgânicos, e vivos, e portanto dos indivíduos imagem em maior escala. Isto resul-

taria em uma federação (republicanamente governada dos Estados), e portanto, na necessária instauração de um Estado central, um foco em torno do qual um conjunto de Estados manteria as suas forças, e suas pretensões, pretensões essas que, todavia, ao serem exercidas, e dirigidas para esse foco comum, se auto-anulariam, assim garantindo a paz. Kant Ora, precisamente aqui está, porém, o foco de dissensão de Herder. Pois, diz este, suportando-se em exemplos específicos, também em tempos idos algo como uma mulher da paz foi escolhida pelos índios Iroqueses como um foco central, individual, também ele intocável e soberano, de conciliação das pretensões de outras tribos – mas também ela, a mulher da paz, foi eventualmente forçada a brandir o machado de guerra, e abdicar do seu estatuto pacificador (cf. W 4: 518-520). Outros exemplos de igual ordem se registaram entre os Estados: focos comuns e únicos, “oráculos, an-fictões, o Paniónio, o Panatólio, a Liga Aqueia, e por aí diante, deveriam pôr em marcha se não uma paz perpétua, pelo menos uma paz longa” (id.: 521); mas, aduz Herder, “com que sucesso [o fizeram], instruiu-nos o tempo” (ibid.). Muitos outros exemplos são indicados por Herder, e porém com um único objectivo: o de demonstrar que, “em vista uma [nação] da outra, o embuste e o conflito são inevitáveis” (ibid.), e que por conseguinte nem as nações devem contrapor inicialmente as suas convicções e intenções, para por fim estas se verem anuladas (como para Kant), nem muito menos a eleição de uma nação como central, e governadora sobre as outras, pode propiciar isto, pela simples razão de que, segundo o filósofo, isto antes teria o efeito contrário: o de se lhe “atribui[r] a culpa de, em vez de exercer o seu ofício de paz, amiúde ter suscitado e instigado ela própria guerras entre os homens” (id.: 520). E por isso pergunta Herder: “Em vez dela, havemos de colocar uma nação *real* no centro da Europa, trajá-la com vestes de mulher e incumbi-la do ofício de juiz da paz? E qual [nação]?” (ibid.) Ao invés, diz o filósofo, as nações devem ser sem excepção iguais, e sem excepção estar em equidade entre si; e portanto, diz, a “grande *mulher da paz* dá por um outro nome. O seu medicamento age tardia, mas infalivelmente” (id.: 521). A sua exposição surge nas sete “Convicções”, que Herder indica como propostas para o seu próprio projecto de paz.

3. Por fim, há que enaltecer *o cerne da proposta de Herder*. Abertamente não-“destruido-ra” e não-violenta, a proposta de Herder não contempla a resistência progressiva, a necessária tensão produtiva que está no âmago das propostas política, filosófica ou cosmológica de Kant. A “Primeira Convicção”, e sua bestialização da guerra, e da própria palavra que isto designa (W 4: 523-524), assim como a “Sétima Convicção”, e sua suave, silente e mitigante proposta de uma “arma contra a espada” (id.: 527) – a “arma” sendo aqui o caule de milho, símbolo de um comércio justo, e o “óleo e medicamentos da grande deusa da paz, a *razão*” (ibid.) –, são disto sincero manifesto. Por detrás das sete convicções para a paz perpétua de Herder, está, bem pelo contrário – assim o cremos – não apenas a negação desta língua dúplice, ou híbrida de Kant, mas sobretudo *a proposição de uma nova língua da paz*. A saber, *em causa está, para Herder, justamente uma língua – uma língua universal, da razão, “à qual ninguém se pode furtar”* (ibid.), e que por conseguinte não só é por todos igualmente percebida, mas pode ser por todos igualmente falada. Esta questão, ou a sua percepção como um problema linguístico, não se depreende aliás de meros pormenores circunstanciais, como o são a atenção de Herder às *expressões literais* dos índios, e às “reais expressões dos americanos” (W 4: 520, 528) na descrição da sua proposta

de uma mulher da paz¹²; ou a reiteração do problema da paz perpétua como um que penetra no ser humano, e nele é instilado, ora pela *garganta* (“quero alisar a vossa garganta, para que as minhas palavras por ela desçam suavemente” (id.: 527)), ora pelos *ouvidos* (“com eles quero limpar os vossos ouvidos, para que ouçam correctamente” (ibid.)), ou ainda pelo *coração*. Não. Bem pelo contrário, esta proposta de uma *nova língua racional-afectiva da paz* está no centro de todas as sete convicções, assumindo apenas diferentes feições consoante a sua diferente enunciação. Note-se, pois, que, por exemplo, a “Terceira Convicção”, que versa o “Desprezo da falsa arte política” (id.: 524-525), trata da depuração do significado de uma ludibriosa arte política, aqui se concluindo que esta não pode ter interesses individuais, não pode ser diferentemente entendida, antes “A voz universal tem de triunfar sobre o valor da mera hierarquia de Estado e seus *sinais*” (id.: 524). A “Quarta Convicção” trata da depuração e clarificação do conceito de patriotismo, dizendo deste que ele tem de perder o anterior significado, e deixar de ser grande “na boca da posteridade” (id.: 525), antes necessário é que ele se ensimesme, dir-se-ia, que ele seja grande e bom na sua própria boca, pois que não é naquela língua de injustiça, mas nesta língua própria – a língua da equidade – que ela será propriamente entendida, e granjeará “o respeito estrangeiro” (ibid.). E prova final destas mesmas provas, surge na “Quinta Convicção”; a saber, o “Sentimento de equidade para com outras nações” (ibid.), do qual resulta uma “voz das nações” (id.: 526), e a ulterior *aliança de todas as nações cultas* contra todo o poder individual e prepotente” (ibid.).

Outros aspectos importantes na contraposição teórica entre Herder e Kant seriam, como facilmente se imagina, dignos de menção. A eles, e também aos poucos mencionados, não tentaremos porém fazer mais justiça por palavras nossas. Disto se encarregará a própria peça de J. G. Herder, “Para a paz perpétua. Uma instituição iroquesa”, da qual se oferece em seguida uma tradução para língua portuguesa.

II. TEXTO

“PARA A PAZ PERPÉTUA. UMA INSTITUIÇÃO IROQUESA”¹³

JOHANN GOTTFRIED HERDER

[1797]

CARTA 118¹⁴

Porque agora, na mais desditosa guerra, na qual uma paz *oportuna* é tão difícil, muito se fala de projectos *para a paz perpétua*, comunico-vos um ensaio real feito para este fim, nas palavras daquele que o relata.

PARA A PAZ PERPÉTUA

UMA INSTITUIÇÃO IROQUESA

Os Delawareos viveram em tempos na região de Philadelphia, e para lá desta, em direcção ao mar. A partir daí, lançavam frequentemente ataques às aldeias dos Cherokees, misturavam-se sub-repticiamente nas danças nocturnas destes e, durante as mesmas, assassinavam subitamente muitos. Ainda mais violentas e ancestrais eram as guerras dos Delawareos com os Iroqueses. Segundo a alegação dos Delawareos, *eles* sempre haviam sido superiores aos Iroqueses, até que por fim estes compreenderam que, em caso de prossecução da guerra, o seu total declínio teria de ser a inevitável consequência.

Por conseguinte, enviaram aos Delawareos emissários com a seguinte mensagem: «Não é bom que todas as nações travem guerra; pois, por fim, isso trará consigo o declínio dos índios. Por isso, pensámos num meio de prevenir este mal: a saber, *uma* nação deve ser a *mulher*. A essa, queremos colocá-la no centro, ao passo que as outras nações beligerantes devem ser os *homens*

e viver em redor da mulher. Ninguém deve tocar na *mulher*, nem fazer algo que a ofenda; e se alguém o fizer, logo o exortaremos e dir-lhe-emos: ‘Porque feres tu a *mulher*?’ Então, todos os *homens* devem abater-se sobre *aquela* que houver ferido a *mulher*. A *mulher* não deve atrair para a guerra, antes tanto quanto possível tentar preservar a paz. Por conseguinte, se os *homens* à sua volta vierem a ferir-se uns aos outros e quiserem que a guerra se torne violenta, a *mulher* deve ter poder para os exortar, e dizer-lhes: ‘Ó homens, que fazem para assim se ferirem? Considerem que, se não cessarem, as vossas mulheres e crianças terão de perecer. Querem pois extirpar-se uns aos outros do solo terrestre?’ E, neste caso, os *homens* deverão atender à *mulher* e obedecer-lhe.

Aos Delawares, aprouve-lhes tornar-se a *mulher*. Então, os Iroqueses organizaram uma grande celebração, convidaram para esta a nação Delaware e proferiram aos mandatados destes um vigoroso discurso, que consistia em três proposições principais. Na primeira, declararam a nação Delaware a *mulher*, o que fizeram mediante as expressões: «Vestimo-vos uma longa saia de mulher, a qual chega aos pés, e adornamo-vos com arrecadas», e com isto lhes deram a entender que, de então em diante, eles não mais deveriam ocupar-se com armas. A segunda proposição foi assim formulada: «Penduramo-vos no braço uma cabaça com óleo e com medicamentos. Com o óleo, devem purificar os ouvidos das demais nações, para que elas atendam ao bem, e não ao mal; mas os medicamentos, devem administrá-los naqueles povos que já tenham enveredado por caminhos insensatos, para que voltem a vir a si e dirijam o seu coração para a paz.» A terceira proposição, na qual consignaram a agricultura como futura ocupação dos Delawares, foi assim expressa: «Com isto, damo-vos para a mão um caule de milho e uma enxada.» Cada proposição foi confirmada com um Belt of Wampum (um cinto de conchas). Estes cintos foram desde então cuidadosamente guardados, e o seu significado reiterado de época em época.

Desde este singular tratado de paz, os Delawares são chamados *sobrinhos* pelos Iroqueses; os três troncos Delaware chamam uns aos outros *companheiras de jogo*. Mas estes títulos só são usados nas suas reuniões de concelho, e quando têm algo solene a dizer uns aos outros. A partir da dita época, a nação Delaware tornou-se a *guardiã da paz*, a quem foi dado em cuidado o grande cinto da paz e confiada a corrente da amizade. Ela tem a velar que a mesma seja mantida intocada. Segundo a representação dos índios, o meio da corrente está sobre os seus ombros, e é por eles suportado; as restantes nações índias seguram uma das extremidades, e os europeus a outra.¹⁵

Assim foi com os *Iroqueses*. Na Europa, tempos houve em que a *hierarquia* deveria tomar o lugar desta *mulher*. Também ela trazia o longo vestido; óleo e medicamentos estavam na sua mão. A ela se atribui a culpa de, em vez de exercer o seu ofício de paz, amiúde ter suscitado e instigado ela própria guerras entre os homens; pelo menos, o seu óleo não purificou ainda os ouvidos dos povos, os seus medicamentos não curaram ainda os enfermos.

Em vez dela, havemos de colocar uma nação *real* no centro da Europa, trajá-la com vestes de mulher e incumbi-la do ofício de juiz da paz? E qual [nação]?

Mas como poderia ela administrar tal ofício, quando amiúde se travam guerras devastadoras por algumas peles na Baía de Hudson, por alguns pedaços de terra na corrente do

Paraguai – um lugar onde, não raras vezes, os próprios beligerantes se perdem –, por um porto no Mar Morto, por provocações dos governadores uns contra os outros? Aliás, quão frequentemente estas nasceram de um capricho do monarca, de uma vil cabala do ministro! Uma história da *verdadeira* origem da guerra na Europa desde as Cruzadas seria uma *Hudibras* sete vezes maior, a mais vil sátira que poderia ser escrita. Num mundo em que gabinetes obscuros urdem e fomentam guerras, todo o esforço da *mulher da paz* seria baldado.

Infelizmente, nem mesmo entre os próprios selvagens esta instituição alcançou o seu fim por muito tempo. À medida que os europeus se acercavam, a própria *mulher*, a isso exortada pelos homens, deveria tomar parte na resistência. Havia que, como era dado dizer-se, primeiro encurtar-lhe a saia, depois tirar-lha por completo, e dar-lhe para a mão o machado de guerra. Uma estranha, imprevisível força superior fez ruir o belo projecto dos selvagens para a paz entre si; e tal será sempre o caso, enquanto a árvore da paz não florescer com raízes sólidas e inextirpáveis, *de dentro para fora* das nações.

Quantos outros meios já tentaram os homens, a fim de pôr um freio a nações quezilentas e vedar-lhes o caminho! Murallas colossais foram erigidas entre burgos, zonas intermédias tornadas deserto, horríveis fábulas excogitadas e plantadas neste deserto. Na Ásia, um *reino sagrado* deveria pôr termo às contendas dos mongóis; o *grande Lama* deveria ser a mulher da paz. Na África, obeliscos e templos tornaram-se os *Estados livres* do comércio, a mãe de legislações e colónias. Na Grécia, *oráculos, anfictiones, o Paniónio, o Panatólio, a Liga Aqueia*, e por aí diante, deveriam pôr em marcha se não uma paz perpétua, pelo menos uma paz longa; com que sucesso [o fizeram], instruiu-nos o tempo. Melhor seria que, como naquele comércio no interior de África, as nações *não se vissem de toda uma à outra*. Depõem os bens e afastam-se, oferecem e trocam. Em vista uma da outra, o embuste e o conflito são inevitáveis. – A minha grande *mulher da paz* dá por um outro nome. O seu medicamento age tardia, mas infalivelmente; concedam-me a este respeito uma outra carta.

[...]¹⁶

CARTA 119

A minha grande *mulher da paz* tem um só nome: ela chama-se *equidade universal, humanidade, razão activa*.

Li um manuscrito muito engenhoso; nele estavam como fundamento da história da humanidade as seguintes proposições: 1. Os homens morrem para dar lugar a homens. 2. E porque morrem menos destes do que nascem, a natureza cria espaço mediante meios violentos. 3. Entre estes, contam-se não só a peste, a carestia, terramotos ou revoluções terrestres, mas também revoluções dos povos, devastações e guerras. 4. Tal como uma espécie animal reduz a outra, também o género humano se coloca em proporção, e inibe o excedente. 5. Por conseguinte, existem nele um carácter *preservador* e um carácter *destruidor*.

Terrível sistema, este que nos incute horror e medo da nossa própria espécie, na medida em que, segundo ele, temos de ver na face, na conduta e nas mãos de cada um se ele é um animal carnívoro ou herbívoro, se ele traz em si um carácter *preservador* ou *destruidor*. Ora, por certo, a natureza não nos privou de meios para nos protegermos desta espécie *destruidora* do nosso próprio género; só não nos pôs estes meios nas mãos, enquanto arma, mas sim na cabeça e no coração. A *universal razão humana e equidade* são a matrona que traz óleo e medicamentos no braço, e um caule de fruto na mão, não apenas como símbolo, mas como meio paliativo se não para uma paz perpétua, então por certo para um gradual apaziguamento da guerra. Permitam-me, porque enveredamos aqui pelo caminho do venerando St.-Pierre, que não nos envergonhemos do seu método, e que com sólidos princípios indiquemos à grande *mulher da paz* (*pax sempiterna*) o seu ofício. Ela existe para, fazendo jus ao seu nome e à sua natureza, incutir *convicções de paz*.

PRIMEIRA CONVICÇÃO

REPULSA EM RELAÇÃO À GUERRA

A guerra, onde ela não é auto-defesa forçada, mas sim um ataque louco a uma pacata nação vizinha, é uma empresa desumana, pior do que bestial, na medida em que não apenas ameaça a nação que é atacada com morte de inocentes e devastação, como sacrifica também a nação que a conduz de modo tão imerecido quanto horrível. Aos olhos de um ser superior, pode haver visão mais repugnante do que dois exércitos de homens opostos, assassinando-se uns aos outros sem piedade? E as sequelas da guerra, mais horríveis do que ela própria, como o são doenças, lepra, fome, peste, pilhagens, actos de violência, abandono das terras, embrutecimento dos espíritos, destruição de famílias e corrupção dos costumes por longas gerações! Todos os homens nobres deveriam propagar esta convicção com caloroso sentimento humano, e pais e mães incutir nos filhos as suas experiências a este respeito, a fim de que a temível palavra guerra, que hoje tão facilmente é proferida, não só se tornasse odiosa aos homens, mas, com igual calafrio do que [o causado por] Dança de São Vito, peste, carestia, terramoto e Peste Negra, quase não se ousasse pronunciá-la ou escrevê-la.

SEGUNDA CONVICÇÃO

MENOR RESPEITO PELA GLÓRIA DO HERÓI

Cada vez mais, há que propagar a convicção de que o *espírito do herói* conquistador de países não só é um anjo exterminador da humanidade, como mesmo nos seus talentos há muito não merece o respeito e a glória que por tradição lhe são tributados desde os Gregos, os Romanos e os Bárbaros. Por muita presença de espírito, por muita circunspecção e previdência e olhar célere que este espírito possa requerer, o mais insigne herói não só deplorará antes e depois da batalha a empresa a que sacrifica os seus dons, como de bom grado admitirá que, para ser *pai de um povo*, se não mais, pelo menos mais nobres dons são exigidos: [a saber,] um *esforço contínuo* e um *carácter*,

um carácter que não deve os seus despojos nem a *um só* dia, nem os partilha com o acaso ou a sorte cega. Todos os homens sensatos deveriam unir-se e, mediante um genuíno conhecimento de tempos antigos e recentes, fazer evanescer o falso brilho que adeja um Marius, um Sula, um Átila, um Gengis Khan, um Tamerlano – até que, por fim, cânticos em honra destes e em honra de Lips Tullian se afigurem igualmente heróicos a toda a alma cultivada.

TERCEIRA CONVICÇÃO

DESPREZO DA FALSA ARTE POLÍTICA

Cada vez mais, há que desmascarar a *falsa arte política* que deposita a glória de um governante e a sorte da sua governação na ampliação de fronteiras, na rapina ou arrebatamento de províncias estrangeiras, em receitas avultadas, negociações arditas, poder arbitrário, astúcia e ludíbrio. Os Mazarins, Louvois, Du Terrais e outros que tais têm de surgir como são não só aos olhos do povo honrado, mas aos do próprio indolente, a fim de que se torne claro como um vezes um que todo o ludíbrio de uma falsa arte política acaba por *se ludibriar a si próprio*. A voz universal tem de triunfar sobre o valor da mera hierarquia de Estado e seus *sinais*, até mesmo sobre as mais arreigadas pantomimas da vaidade, até mesmo sobre preconceitos precocemente inculcados. A meu ver, levou-se já longe, talvez até longe demais, o desprezo por algumas destas coisas; tudo depende, pois, de se respeitar tudo o que de valioso o Estado nos apresenta, e isso com seriedade e tanto maior apreço, quanto mais a humanidade o exija dos homens.

QUARTA CONVICÇÃO

PATRIOTISMO CLARIFICADO

Cada vez mais, é necessário que o *patriotismo* se purgue e depure de grilhões. Toda a nação tem de aprender a sentir que não é nos olhos de outras, nem na boca da posteridade, mas apenas em si, em si própria que ela virá a ser grande, bela, nobre, rica, bem ordenada, activa e feliz, e que, assim o seja, o respeito estrangeiro tanto quanto o posterior seguiu-la-ão como a sombra segue o corpo. A este sentimento, têm de se aliar necessariamente repulsa e desdém face a toda a estéril excursão dos seus em países estranhos, face à inútil ingerência em negócios estrangeiros, face a todo e qualquer inane macaqueio e interesse que perturbem o nosso ofício, o nosso dever, a nossa tranquilidade e bem-estar. Risível e desprezível terá de vir a ser que nativos se dividam, odeiem, persigam, denigrem e difamem a respeito de assuntos estrangeiros que nem conhecem, nem entendem, nos quais nada podem alterar e que de modo algum lhes concernem. Como bandidos e assassinos pérfidos terão de se afigurar aqueles que, por ímpeto insensato, em favor ou contra um povo estrangeiro, sepultam o repouso dos seus irmãos. Há que aprender que só se pode ser algo no lugar em que se está, onde se *deve* ser algo.

QUINTA CONVICÇÃO

SENTIMENTO DE EQUIDADE PARA COM OUTRAS NAÇÕES

Ao invés, toda a nação tem de sentir um gradual incômodo quando uma outra nação é acoçada e ofendida, e isto tem de despertar pouco a pouco um *sentimento comum*, de tal modo que cada uma se sinta na posição de todas as outras. Odiar-se-ão os insolentes transgressores de direitos estrangeiros, os destruidores do bem-estar estrangeiro, os petulantes ofensores de costumes e convicções estrangeiras, os presunçosos que impõem os seus próprios predicados a povos que os não cobijam. Seja qual for o pretexto sob o qual alguém transpõe a fronteira para rapar o cabelo do vizinho como um escravo, para lhe impor os seus deuses e, com este propósito, privá-lo das suas relíquias nacionais na religião, arte, maneira de representar e modo de viver, no coração de *cada* nação esse encontrará um inimigo que olha para o seu próprio peito e diz: «Como seria, se isto me acontecesse?» – Assim cresça este sentimento, e gerar-se-á imperceptivelmente uma *aliança de todas as nações cultas* contra todo o poder individual e prepotente. Por certo, é de contar mais cedo com este pacto silencioso do que, segundo St.-Pierre, com um entendimento formal dos gabinetes e cortes. Destes, não se deve esperar nenhuns progressos; mas, por fim, sem o saberem e contra vontade, também eles terão de seguir a *voz das nações*.

SEXTA CONVICÇÃO

SOBRE PRETENSÕES DE COMÉRCIO

De viva voz se insurge o sentimento humano contra insolentes pretensões no comércio, logo que nações inocentes e submissas lhe são sacrificadas por um ganho que nunca lhes estará reservado. O comércio, ainda que não pelos mais nobres impulsos, deve *unir*; não separar os homens; ele deve, embora não no mais nobre ganho, ensiná-los como crianças a conhecer o seu interesse comunitário e próprio. Para isso existe o oceano; para isso sopram os ventos; para isso fluem as correntes. Assim que, devido à sua orgulhosa cupidez, *uma* nação quer interditar o mar e furtar os ventos a todas as outras, então, quanto mais cresce o conhecimento da *relação dos povos entre si*, tanto mais é despertado o azedume de todas as nações contra a opressora do elemento mais livre, contra a ladra de todo o ganho supremo, a arrogante possuidora de *todos* os tesouros e frutos da terra. A fim de servir o orgulho e a cupidez desta, nem uma gota de sangue estrangeiro correrá voluntariamente, e isto quanto mais se reconhecer a vera proposição de um excelente homem, segundo a qual «*as vantagens das potências comerciantes não se frustrariam entre si, e estas potências antes tirariam o maior partido de um bem-estar mútuo e universal, e da conservação de uma paz ininterrupta*». ¹⁷

SÉTIMA CONVICÇÃO

ACTIVIDADE

Por fim, o *caule de milho* na mão da *mulher índia* é, ele próprio, uma arma contra a espada. Quanto mais os homens conhecerem e aprenderem a compreender frutos de uma ac-

tividade útil, os quais não são ganhos, mas sim aniquilados por meio do machado de guerra; quanto mais os ignominiosos preconceitos de uma caixa que, por vocação divina, nasceu para a guerra, na qual corre o *sangue heróico* do pai Caím, de Nimrod e Og zu Basan, se tornarem desprezíveis e ridículos, tanto mais autoridade a coroa de cereais, o ramo de macieira e o ramo de palmeira granjearão perante o triste louro, que cresce junto a escuros ciprestes e, juntamente com urtigas e espinhos, apenas quer entre si lagartos e bubões.

A suave propagação destes princípios são o *óleo* e os *medicamentos* da grande deusa da paz, a *razão*, a cuja língua por fim ninguém se pode furtar. Imperceptivelmente actua o medicamento, suavemente escorre o óleo. Silente, ela insinua-se a este e àquele povo, e fala na língua dos índios: «Irmão, sobrinho, pai, aqui vos trago um sinal de aliança em óleo e medicamentos. Com eles quero purificar os vossos olhos, para que vejam nitidamente; com eles quero limpar os vossos ouvidos, para que ouçam correctamente; quero alisar a vossa garganta, para que as minhas palavras por ela desçam suavemente; pois não é em vão que venho: eu trago palavras de paz!»

E o exortado responderá: «Irmã, este *String of Wampum* dar-te-á as boas vindas. Quero extrair dos teus pés os espinhos que neles se possam ter cravado. Quero mitigar o cansaço que se abateu sobre ti na viagem, para que os teus joelhos voltem a tornar-se fortes e corajosos. O machado de guerra vermelho e a clava devem ser enterrados na terra, e sobre eles queremos plantar uma árvore que cresça até ao céu. Enquanto sol e lua brilharem e nascerem e se puserem, enquanto estrelas houver no céu e os rios correrem com água, a nossa amizade perdurará.¹⁸

Ainda que, como estou quase certo, uma paz perpétua só possa vir a ser firmada *formalmente* no Dia do Juízo Final, não obstante, nenhum princípio, nenhuma gota de óleo que, mesmo na mais remota distância, prepare isto, será em vão.

REFERÊNCIAS / REFERENCES

DIETZE, Walter; DIETZE, Anita, hrsg. (1989), *Ewiger Friede? Dokumente einer deutschen Diskussion um 1800*, Leipzig und Weimar: Gustav Kiepenhauer Verlag.

HERDER, Johann Gottfried (1874), *Herders Werke*, hrsg. von Heinrich Kurz, 4 Bde., Leipzig: Verlag des Bibliographischen instituts.

KANT, Immanuel (1984), *Zum ewigen Frieden. Mit Texten zur Rezeption (1796-1800)*, hrsg. von Manfred Buhr und Steffen Dietzsch, Leipzig: Reclam.

KANT, Immanuel (1901ff.), *Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich-Preussischen Akademie der Wissenschaften zu Berlin (Akademie-Ausgabe), Berlin: Georg Reimer. (AA)

NOTAS / NOTES

1 Refiro-me, entre outros, a Francisco de Vitória, Martín de Azpilcueta, Pedro Simões, Fernão Rebelo, Martinho de Ledesma, Francisco Suárez, eruditos das Universidades de Coimbra, Salamanca, Alcalá de Henares, Valladolid ou Évora, os quais debateram extensivamente, e não raras vezes entre si, a questão da fundamentação dos direitos humanos aquando da conquista e colonização da América Latina.

- 2 Recensão, in *Gazette Nationale, ou le Moniteur Universel* (Paris), 3 de Janeiro de 1796.
- 3 Recensão, in *Göttingische Anzeigen von gelehrten Sachen*, 14 de Janeiro de 1796.
- 4 Recensão, in *Annalen der Philosophie und des philosophischen Geistes* (Halle a. d. Saale), 1796, 3º caderno.
- 5 Recensão, in *Der Genius der Zeit. Ein Journal*, hrsg. von August Hennings. 7 Bd., Januar bis April 1796, Altona.
- 6 Recensão, in “Kommentar über Kants ewigen Frieden”, in *Neuer Niedersächsischer Merkur*, als Beilage zum Neuen Grauen Ungeheuer, Upsala [Altona], 1º caderno, 1797.
- 7 Recensão, in “Darf der Entwurf des ewigen Friedens ausgeführt werden?”, in *Deutsche Monatsschrift*. 1. Bd., Januar bis April, Leipzig, 1797; Recensão, in “Ist der ewige Friede mit den Mängeln der menschlichen Natur und der darin gegründeten bösen Neigungen möglich oder nicht?”, in *Deutsche Monatsschrift*. 1. Bd., Januar bis April, Leipzig, 1797.
- 8 Recensão, in *Philosophisches Journal* (Jena), Bd. 4, 1796.
- 9 “Versuch über den Begriff des Republikanismus”, in *Deutschland* (Berlin), Bd. 3, St. 7, 1796.
- 10 Recensão, in *Litteratur-Tidning* (Upsala), Bd. 2, St. 4, 1796.
- 11 Com respeito às citações de autor, recorremos ao método (Abreviatura da obra, número de volume, número de página), sendo que a abreviatura correspondente se encontra discriminada na bibliografia. Todas as citações foram traduzidas do original alemão para língua portuguesa. A tradução das mesmas é da minha autoria.
- 12 Não esquecer que Herder foi um grande estudioso de importantes tópicos como a origem da linguagem, os dialectos e modos de falar dos primeiros povos, ou as primeiras manifestações de uma linguagem poética dos seres humanos, entre outros tópicos afins.
- 13 *Briefe zur Beförderung der Humanität. Zehnte Sammlung*, Riga. 1797. Bei Johann Friedrich Hartknoch (Cartas 118 e 119).
- 14 N. T. Como em ocasiões anteriores, optámos por fazer uma tradução tão rente quanto possível ao original alemão. A excepção a isto está em pontuais usos de parêntesis rectos no corpo do texto; opção motivada por uma necessária adição, ou modificação, do original na sua versão para língua portuguesa.
- 15 *Missionsgeschichte in Nordamerika*, de Loskiel, p. 160.
- 16 N. T. Neste ponto do texto original surge o poema “Al Hilals Rede na seinen Schuh” [Discurso de Al Hilal ao seu sapato] (W 4: 521-522). O poema não foi contemplado nesta tradução.
- 17 Pinto, *Sobre a Inveja no Comércio*; traduzido na «Colectânea de ensaios versando, na sua maior parte, pontos importantes da economia de Estado», Liegnitz, 1776. O autor do primeiro ensaio mencionado fê-lo preceder da seguinte passagem, extraída de Bulion: «Estes tempos em que o homem perde a sua herança, estes séculos bárbaros em que tudo fenece têm sempre a guerra como sua precursora, e começam com carestia e despovoamento. O homem, que só mediante o grupo logra alcançar algo, que só é forte na união e na ligação com os seus iguais, que não é feliz senão mediante a paz, traz consigo a ânsia de se armar para o seu infortúnio e combater até ao seu declínio. Estimulado por uma avareza insaciável, ofuscado por uma ainda mais insaciável ambição, ele renuncia às sensações da humanidade, dirige todas as suas forças contra si próprio, esforça-se por fazer com que umas aniquilem as outras e, por fim, condena-se ao seu real declínio. Passados estes dias de sangue e morte, quando a névoa da glória enfim se dissipar, então ele verá com olhar triste a terra estéril, as artes sepultadas, as nações enfraquecidas, a sua própria sorte arruinada e o seu verdadeiro poder aniquilado.»
- 18 Reais expressões dos americanos aquando das suas resoluções de paz e da investidura da sua mulher da paz.

Recebido / Received: 20.4.2018.

Aprovado / Approved: 13.5.2018.